



CAPÍTULO 2

A PRUDÊNCIA DOS ÍNDIOS NA APOLOGÉTICA HISTÓRIA SUMÁRIA DE LAS CASAS

André Ricardo Randazzo Gomes

RESUMO: Neste artigo, farei uma exposição resumida de uma parte da obra *Apologética História Sumária*, de Bartolomeu de Las Casas (1484-1566). Esta obra tem 267 capítulos e Las Casas a escreveu com a finalidade de se opor à difamação que alguns europeus faziam dos índios recém-descobertos nas Américas. Primeiro, Las Casas trata das causas da natureza, que favorecem a capacidade racional dos índios, e, depois disso, ele trata dos próprios efeitos dos índios, ou seja, das suas próprias ações, que manifestam na prática tal capacidade racional. Exporei os capítulos de 40 a 48, nos quais Las Casas fala da prudência dos índios, usando o conceito da virtude da prudência que ele encontra em Tomás de Aquino e Aristóteles.

PALAVRAS-CHAVE: Prudência; Lei Natural; Ética.

THE INDIANS' PRUDENCE IN LAS CASAS'S APOLOGÉTICA HISTÓRIA SUMÁRIA

ABSTRACT: I this article, I will make an abridged exposition of a part of the work *Apologética História Sumária* by Bartolomé de Las Casas (1484-1566). This work has 267 chapters and Las Casas wrote it with the purpose of opposing the defamation that some Europeans did regarding the newly discovered Indians in the Americas. First, Las Casas treats of the causes of nature, which favor the rational capacity of the Indians, and, after that, he treats of the proper effects of the Indians, that is, their own actions, which manifest in practice such a rational capacity. I will expound on the chapters from 40 to 48, in which Las Casas talks about the Indians' prudence, using the concept of the virtue of prudence that he finds in Thomas Aquinas and Aristotle.

KEYWORDS: Prudence; Natural Law; Ethics.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, farei uma exposição resumida de uma parte da obra *Apologética História Sumária*¹, de Bartolomeu de Las Casas (1484-1566). Esta obra tem 267 capítulos e Las Casas a escreveu com a finalidade de se opor à difamação que alguns europeus faziam dos índios recém-descobertos nas Américas. Primeiro, Las Casas trata das causas da natureza, que favorecem a capacidade racional dos índios, e, depois disso, ele trata dos próprios efeitos dos índios, ou seja, das suas próprias ações, que manifestam na prática tal capacidade racional. Exporrei os capítulos de 40 a 48, nos quais Las Casas fala da prudência dos índios, usando o conceito da virtude da prudência que ele encontra em Tomás de Aquino e Aristóteles.

Há alguns autores que enfatizam o conhecimento que o dominicano Bartolomeu de Las Casas tinha das obras do dominicano Tomás de Aquino². E há alguns bons estudos sobre a *Apologética História Sumária* e sobre o uso que Las Casas faz do conceito de prudência nesta obra³. Porém, eu gostaria de acrescentar um comentário sobre esses estudos. Costuma-se dizer que a *Apologética História Sumária* é uma obra de antropologia. No entanto, para Tomás de Aquino, de quem Las Casas é um seguidor, os livros que tratam da alma humana, como *Sobre a Alma*, de Aristóteles, são livros de filosofia natural, ao passo que os livros que tratam das virtudes morais, como a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, são livros de filosofia moral. A filosofia natural é uma ciência especulativa, mas a filosofia moral é uma ciência prática⁴. No meu entender, para escrever uma obra como a *Apologética História Sumária*, é necessário que o autor tenha ao menos três coisas: (1) conhecimento sobre a doutrina de Tomás de Aquino sobre as virtudes morais⁵, (2) conhecimento sobre a vida social dos índios, e (3) a habilidade para relacionar adequadamente essas duas coisas, o que seria algo como ser capaz de relacionar adequadamente o universal

¹ Como referência para este artigo, usarei os textos das seguintes edições dessa obra: LAS CASAS, Bartolomeu de. *Historiadores de Índias. Tomo I. Apologética História de las Índias*. Madrid: Bailly Bailliere e Hijos Editores, 1909; LAS CASAS, Bartolomeu de. *Apologética História Sumária*. Disponível em: <https://www.ellibrototal.com/ltotal/?t=1&d=4072>. Acesso em: 24 ago. 2025.

² Por exemplo, ver: CARRO, Venancio. Los postulados teológico-jurídicos de Bartolomé de Las Casas. Sus aciertos, sus olvidos y sus fallos, ante los maestros Francisco de Vitoria y Domingo de Soto. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 23, 1966, pp. 109-246; JOSAPHAT, Carlos. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino. Sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar. Chaves de leitura da Suma de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2012; VARACALLI, Thomas Francis Xavier. *The Thomism of Bartolomé de Las Casas and the Indians of the New World*. Tese (Doutorado em Filosofia), Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Baton Rouge, 2016; RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Introdução ao tema da guerra em Tomás de Aquino e Bartolomeu de Las Casas*. Ponta Grossa: Atena, 2025.

³ Por exemplo, ver: HANKE, Lewis. *Bartolomé de Las Casas: An interpretation of his life and writings*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1951; ZORRILLA, Víctor. Los instrumentos argumentativos de la defensa lascasiana de la plena racionalidad de los indios. *Tópicos*, n. 34, 2008, pp. 223-231.

⁴ Sobre o caráter prático da filosofia moral em Tomás de Aquino, ver: RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Tomás de Aquino e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral*. Ponta Grossa: Atena, 2024.

⁵ Para um estudo sobre a virtude da prudência em Tomás de Aquino, ver: RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *A prudência e seus fins segundo Tomás de Aquino*. Ponta Grossa: Atena, 2025. Las Casas atribui aos índios apenas a prudência adquirida, mas não a prudência infusa. Sobre a distinção entre esses dois tipos de prudência, ver o capítulo 3 do livro que acaba de ser citado e o capítulo 3 do livro: RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Enfoques sobre Deus em Tomás de Aquino*. Ponta Grossa: Atena, 2025.

com o particular, ou o abstrato com o concreto. Segundo o dominicano brasileiro Carlos Josaphat, cujas palavras citarei ao final deste artigo, essa habilidade é aquela pela qual Las Casas é capaz de compreender a doutrina de Tomás de Aquino e operacionalizá-la ao contato com a realidade tropical.

O primeiro texto que exporei será o do argumento ou resumo da obra inteira que Las Casas apresenta logo ao início dela. E, quando eu expuser a seguir os textos sobre a prudência dos índios, indicarei junto ao título de cada capítulo as principais obras que eu entender que Las Casas consultou explícita ou implicitamente. Passemos à exposição.

Argumento da obra inteira. A causa final de escrevê-la foi conhecer todas e tão infinitas nações deste vasto mundo difamadas por alguns, que não temiam a Deus e nem quão pesado é diante do julgamento divino difamar um único homem a ponto de perder sua estima e honra, e daí algum grande dano e terrível calamidade se abater sobre ele, e ainda mais difamar um mundo inteiro tão grande, publicando que não eram gentes de boa razão para se governarem, carentes de comunidade política humana e repúblicas ordenadas, simplesmente por as encontrar tão mansas, pacientes e humildes, como se a Divina Providência, na criação de tão inumerável número de almas racionais, tivesse sido descuidada, permitindo que a natureza humana errasse, por meio da qual determinou fazer tanto e o fez, em uma parte quase infinita como esta é da raça humana, de modo que todos saíssem insociáveis e, conseqüentemente, monstruosos, contrários à inclinação natural de todos os povos do mundo, não permitindo que nenhuma espécie das outras criaturas corruptíveis falhasse dessa maneira, a não ser às vezes por maravilha.

Para demonstrar a verdade, que é o contrário, seis causas naturais são apresentadas e compiladas neste livro (primeiro referindo-se à descrição, qualidades e suavidade destas terras, e ao que diz respeito à geografia e à cosmografia), começando no capítulo 22, a saber: a influência do céu, a disposição das regiões, a compostura dos membros e órgãos dos sentidos exteriores e interiores, a clemência e a suavidade dos tempos, a idade dos pais, a bondade e a saúde das provisões; com as quais algumas causas particulares contribuem, como a boa disposição de terras, lugares e ares locais, discutida no capítulo 32.

Quatro outras causas acidentais são discutidas no capítulo 26, e estas são a sobriedade no comer e no beber, a temperança das afeições sensuais, a falta de solicitude e preocupação com as coisas mundanas e temporais, e também a ausência das perturbações causadas pelas paixões da alma, a saber, a ira, a alegria, o amor, etc. Por todas elas, ou pela maioria delas, e também pelos próprios efeitos e obras dessas pessoas, que começam a ser discutidos no capítulo 39, é verificado, concluído e provado, deixando claro que todas elas, falando em termos gerais,

algumas mais e outras muito pouco menos, e nenhuma delas isenta, têm mentes muito boas, sutis e naturais e entendimentos muito capazes; são também prudentes e naturalmente dotadas das três espécies de prudência que Aristóteles apresenta: monástica, econômica e política; e quanto a esta última, que contém seis partes, que, segundo ele, tornam qualquer república por si mesma suficiente e temporalmente bem-aventurada, que são os agricultores, os artesãos, os homens de guerra, os ricos, o sacerdócio (que inclui a religião, os sacrifícios e tudo o que diz respeito ao culto divino), os juízes e ministros da justiça, e aqueles que governam bem, que é a sexta parte; a cujas partes nos referimos abaixo no capítulo 45 e no capítulo 57, por um longo discurso, que continuamos até concluir. Quanto à política, digo, não só provaram ser gentes muito prudentes, com entendimentos vivos e aguçados, tendo suas repúblicas (tanto quanto se pode tê-las sem fé e conhecimento do Deus verdadeiro) prudentemente governadas, providas e prósperas com justiça, porque se igualaram a muitas e diversas nações que existiram e existem hoje no mundo, entre as mais louvadas e exaltadas em governança, política e costumes, e superaram as mais prudentes de todas, como os gregos e romanos, em seguir as regras da razão natural com não pequeno excesso. Essa vantagem e excesso, com tudo o que foi dito, ficará muito clara quando, se Deus quiser, forem comparadas entre si.

Esta história foi escrita, movido pelo fim acima mencionado, por frei Bartolomeu de las Casas ou Casaus, frade de Santo Domingo e bispo da Cidade Real de Chiapa, prometendo, diante da verdade divina, dizer a verdade em tudo o que disser e relatar, não se desviando, tanto quanto entendesse, conscientemente, da substância verídica.

A PRUDÊNCIA DOS ÍNDIOS

Capítulo 40 (Propõe demonstrar a capacidade racional do índio através de suas obras, examinadas de acordo com a concepção das três espécies de prudência: monástica, econômica e política). Obras consultadas por Las Casas: *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, II-II, q. 47; I-II, q. 94; *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética* a *Nicômaco*, livro 1 e livro 6.

Tendo provado até aqui que esses índios são naturalmente de bom entendimento por causas naturais, de agora em diante desejo provar e demonstrar que eles também o são por seus próprios efeitos manifestos. Estes só podem proceder de engenhos sutis e entendimentos muito bons, um dos quais, e muito principal, é a comunidade política e o regimento que mantinham entre si, o que manifesta sua prudência e engenhosidade, e atos de bom julgamento e de homens tão entendidos quanto outras gentes razoáveis. Mas como a governança política e a prudência com que se governa pressupõem governança econômica, que é a da casa e a prudência com que ela é governada, e esta governança econômica pressupõe a governança

monástica, que é a governança de cada indivíduo e a prudência com que ele se governa, vejamos, antes de falar de política, como os índios dessas terras agiam nas outras duas; e então veremos como eles se sustentavam e governavam, ou como eles se mantinham no regimento próprio, que é chamado de monástico, e no doméstico ou paterno ou econômico, no que diz respeito ao entendimento e ao uso da razão, e então discutiremos como eles se sustentavam antes que nós, espanhóis, chegássemos, no que diz respeito à cidade ou à política.

Para melhor compreensão de tudo o que será dito, é bom pressupor, como o faz Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, e São Tomás na *Suma de Teologia*, que o fim das virtudes morais é o bem humano, e esse bem humano é que o homem viva segundo a razão de cada um, segundo seu estado e segundo o que esse estado exige. Esse fim não é estabelecido pelos homens novamente, mas o Criador da natureza imprimiu em nossa razão prática certos princípios naturalmente claros que ninguém pode ignorar pela luz que cada pessoa tem em sua alma, que é o entendimento que chamam de agente, que não é totalmente vinculado ao uso da razão nas crianças, nos tolos e nos mentecaptos; e estes princípios, assim inatos e claros, são os fins das virtudes morais, são também os preceitos da lei natural, todos contidos num hábito que os teólogos chamam de *sindérese*, impresso na nossa mente, e que é a centelha da luz do referido entendimento agente, como se estivessem num vaso de cristal ou de vidro muito transparente. A razão contém certas conclusões, que são os meios proporcionados que devem ser tomados para alcançar o fim.

E como todo agente pretende agir para algum fim, como diz Aristóteles, e consequentemente para algum bem, porque o fim tem a razão de bem, segue-se que todas as coisas apeteçam, como diz Aristóteles na *Ética a Nicômaco*. Por isso, o primeiro preceito da lei natural, que está contido no hábito da *sindérese* acima mencionado, é: que devemos fazer o bem e procurá-lo, e fugir do mal. E sobre este preceito se fundam todos os outros preceitos da lei natural que a razão prática (que é aquela que discerne e distingue o bem do mal em termos de ação) naturalmente apreende e julga serem bens humanos e apropriados para os homens. E como o bem tem a razão de um fim e o mal tem a razão de um contrário, segue-se que tudo aquilo para o qual o homem tem uma inclinação natural ou é naturalmente inclinado, a razão naturalmente apreende e julga ser bom e, consequentemente, digno de ser procurado até que seja alcançado, e o contrário disso é mau e digno de ser evitado, de modo que, de acordo com a ordem das inclinações naturais que os homens têm, tal é a ordem dos preceitos da lei natural.

Primeiro, o homem é naturalmente inclinado para o fim ou bem no qual ele se comunica com todas as outras substâncias, sensíveis ou insensíveis, animadas ou inanimadas. Essa inclinação é que tudo o que tem ser naturalmente deseja a preservação de seu ser de acordo com a natureza de cada um. De acordo com essa

inclinação, pertencem à lei natural todas aquelas coisas pelas quais a vida dos homens é preservada e pelas quais a morte, que corrompe seu ser, e outras coisas prejudiciais e impeditivas à vida, são impedidas. Por isso, o homem é obrigado, pela lei natural, a comer e a se curar quando está doente. Os homens também são obrigados, por preceitos da lei natural, a se defender contra quaisquer pessoas que injustamente desejam ameaçar suas vidas e causar a morte, ou privá-los da propriedade ou coisas com as quais sustentam a vida ou evitam a morte.

Em segundo lugar, os homens têm uma inclinação natural mais especial para aquilo em que se comunicam com outros animais e, de acordo com essa inclinação, o que se diz ser uma lei natural que a natureza ensinou a todos os animais, a saber: a união do macho e da fêmea para a conservação da espécie de cada um e a educação ou criação de filhos e coisas semelhantes.

Em terceiro lugar, o homem tem uma inclinação para aquele fim ou bem que está de acordo com a razão, a qual é própria do homem, assim como o homem é naturalmente inclinado e deseja conhecer as verdades, principalmente conhecer a Deus, e por isso Aristóteles disse no início de sua *Metafísica*: todos desejam por natureza conhecer. O homem também é naturalmente inclinado a viver na companhia de outros e, de acordo com isso, pertence à lei natural tudo o que convém a essa inclinação, como é que o homem se esforce para escapar da ignorância e queira saber as coisas que lhe cabem e não ofenda os outros com quem ele tem de conversar, e não queira nem faça aos outros o que ele não gostaria que os outros fizessem a ele, e tudo o mais que pertence e toca a isso.

E porque, como foi dito, nossa razão prática contém certas conclusões que são os meios ou razões necessárias para alcançar o fim pelo qual os homens são movidos a agir, e para que esses meios sejam proporcionados aos fins, e quando e como devem ser tomados e usados corretamente, alguma virtude é necessária no homem; esta é a prudência, que geralmente aplica princípios universais, que são os ditos fins, às conclusões particulares operáveis ou que devem ser feitas, e dispõe convenientemente os meios para alcançar o que se pretende como fim. Para este propósito, três atos são atribuídos à virtude da prudência. O primeiro é o conselho, que é o mesmo que inquirir, pesquisar ou raciocinar. O segundo é julgar as coisas que são encontradas pela inquirição ou pesquisa, e estes são os meios. O terceiro é comandar, que consiste na aplicação correta das coisas inquiridas ou buscadas e julgadas à nossa ação, e este é o principal ato da prudência.

Como segundo a diversidade dos fins se diversificam e variam as espécies de hábitos, e os diferentes fins são o bem próprio de um só homem, e o bem da família, e o bem da cidade e do reino; por isso é necessário que haja diferentes prudências ou espécies delas, conforme a diferença destes fins, de tal maneira que uma seja a

prudência simplesmente dita, a que chamamos monástica, pela qual o homem sabe governar-se a si mesmo quanto ao uso da razão e do entendimento, buscando o seu próprio bem (ao qual é naturalmente inclinado) e as coisas necessárias à vida, e esta é a primeira, origem e fundamento de todas as outras espécies de prudência.

A segunda é a prudência econômica, que significa saber constituir, dispor e ordenar adequadamente a própria família ou casa para alcançar o bem comum dela. A terceira é a prudência política, que dispõe e ordena corretamente as coisas que lhe pertencem para alcançar o bem comum e a utilidade da cidade ou reino. Esta se divide em duas partes: uma é aquela pela qual se sabe constituir e estabelecer adequadamente leis convenientes ao bem público, e a esta Aristóteles chama prudência arquitetônica, ou seja, a principal e que comanda as outras, que é própria dos príncipes e que tem autoridade suprema na república. A outra é a que exerce, põe em prática e executa as leis estabelecidas e, agindo e governando-se por elas, as preserva, e esta pertence a todos os cidadãos, como os artesãos movidos pelo arquiteto ou mestre construtor das obras. São Tomás trata delas na *Suma de Teologia*.

Essas três partes da prudência são partes subjetivas, e cada uma delas é dividida em consiliativa e judicativa, a saber: que em todas as coisas que devem ser feitas referentes ao bem de si mesmo, do homem individual, ou de sua família e casa, ou da cidade e república, é necessário, e se pressupõe, que o homem use a razão, como ninguém duvida; e esse uso da razão consiste: primeiro, que ele conheça e considere o fim e a razão dele; segundo, que ele indague, discorra e, raciocinando, busque os meios convenientes, e isso com o conselho, e o que é bom e proveitoso para os assuntos que ocorram, discernindo e dividindo também o que é prejudicial e mau para eles. Em terceiro lugar, sentenciando, aprovando e admitindo o que convém, e isso com o julgamento, atos que são manifestamente atos e operações próprios da razão e o conhecimento do entendimento e, conseqüentemente, da prudência, porque a prudência pressupõe o entendimento, pois reside na nossa razão prática, segundo São Tomás. Também no que diz respeito à retidão, ela tem algo no apetite, que é a vontade, segundo Aristóteles e São Tomás. Assim, é impossível em qualquer governo, seja o particular, que é o de cada um, seja o econômico, que é o da casa, seja o político, de cada reino ou cidade (se for ordenada), não ter conhecimento do fim atual ou virtual: inquisição, discurso e conselho, providência, aprovação e julgamento da verdadeira razão dos homens, e, conseqüentemente, ter neles bom uso e exercício da razão e da prudência, porque, segundo Aristóteles, a prudência é ordenar os meios para o fim, seja quanto a si mesmo, como o homem prudente que ordena bem suas ações ao fim de sua vida, ou quanto aos sujeitos na família ou no reino ou na cidade.

Então, tal governo ou regimento é ordenado quando, por meio das operações convenientes, ordenadas e proporcionadas, o fim é alcançado, e esse fim perdura e permanece, e por meio de uma ordem, via ou caminho, pode ser sustentado por um longo tempo, de modo que quando o fim é sempre ou na maior parte alcançado, e perdura e permanece e se perpetua e prospera, é um sinal de que houve nos homens ordem, proporção e conveniência nas operações e meios ordenados ao fim pretendido para a vida humana, e este fim é os homens viverem o máximo possível sem impedimento da vida, e uma vida quieta, tranquila e suficientemente provida, e que, na medida do possível, seja perpétua por natureza, porque, segundo Aristóteles, não se pretende apenas a utilidade presente da vida, mas que ela permaneça e seja perpétua o quanto possível; e como a comunidade, ou por outro nome a universalidade, nunca morre, como os juristas observam, a vida de uma cidade ou de um reino é perpétua, e este é bem e fim humano desejado e amado por todos; e por esta semelhança e comparação, todas as outras comunidades e companhias são determinadas, como diz Aristóteles. Pois não haverá ninguém que duvide do desejo e apetite natural dos indivíduos que desejam e almejam tudo o que pode naturalmente perpetuar-se. Disto se segue que em cada um dos três governos acima mencionados, houve a anterioridade do conhecimento e consideração real ou virtual do fim: inquisição, discurso, conselho, aprovação e julgamento da verdadeira razão dos homens e, portanto, houve neles um bom uso e exercício da razão, e a virtude e o hábito intelectual que reside na razão prática, que é a prudência da qual falamos.

Capítulo 41 (Continua a matéria do capítulo anterior). Obras consultadas por Las Casas: *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, II-II, q. 49; *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*, livro 1.

Nos índios, conseqüentemente, há a providência, que é a parte principal das três que a prudência contém em si, que são: memória das coisas passadas e inteligência das coisas presentes, e providência das coisas futuras, e isso na medida em que, das coisas passadas e presentes, entendidas, conjecturamos como prover as coisas futuras, porque a providência diz respeito a algo distante do que ocorre no presente, e por isso também se diz ser a razão da ordem que deve ser tida para alcançar o fim, e na ordenação que deve ser tida para o fim, que, sendo correta, está incluída na razão da providência, requer retidão de conselho, julgamento e preceito, sem os quais não pode haver ordem correta ou aplicação correta dos meios para alcançar o fim.

Pelo contrário, se os homens não considerassem o fim, nem fizessem uso da inquisição do conselho, e da aprovação do que é aconselhado, e do julgamento da verdadeira razão, e da providência, e das outras partes integrantes da prudência, que são a memória, a inteligência, a razão, o entendimento, a docilidade, a solerzia, a circunspecção e a cautela, eles não teriam ordem nem manteriam proporção, aplicação, nem conveniência em suas operações e meios para o fim, e, conseqüentemente, não alcançariam o fim da vida humana, e quando o alcançassem seria por acaso e

raramente, pelo menos naquelas coisas que pertencem à razão e ao entendimento que podem agir sobre dois contrários, e fazê-los ou deixá-los de fazer, como são os atos propriamente humanos sobre os quais o homem tem domínio na medida em que é homem e senhor de seus atos e obras por meio do entendimento e da vontade; por isso se diz que é de livre-arbítrio, que é a faculdade do entendimento e da vontade, e esses atos ou operações são aqueles que procedem com a deliberação da vontade, de modo que está em suas mãos fazê-los ou não fazê-los e fazer o contrário, como os ofícios que exigem vários atos e contratos e comércio e outros semelhantes, e visto que nas operações naturais, que são determinadas apenas para um efeito, eles poderiam sempre, ou na maior parte, alcançar o fim da natureza e perpetuar-se naquelas, mas no governo e regime ordenado e uniforme, que convém para alcançar o fim, tanto monástico e econômico quanto político, eles não poderiam de modo algum durar, permanecer, perpetuar-se, nem prosperar.

Isto aparece bastante claro no curso dos corpos celestes, em que a partir do concerto e direção e uniformidade de seus movimentos se conclui a ordem e o ordenador e, conseqüentemente, sua perpetuidade. O movimento oblíquo, que é o do círculo que os astrólogos chamam de zodíaco, não pode ser a causa da perpetuidade, como mostra Aristóteles. Assim, por este princípio semelhante, se não houvesse ordem na vida dos homens, não haveria proporção nem uniformidade de aplicação e adequação dos meios e operações para o fim, que é o bem humano. E não havendo tal proporção, adequação e aplicação, não haveria prudência nem partes dela, que são necessárias para a boa administração da vida humana, que é o fim para o qual a criatura racional, isto é, o homem, se inclina naturalmente, porque a razão apreende e julga o que é o bem humano e, conseqüentemente, tem o preceito da lei natural para que o adquira e o procure e se perpetue nele tanto quanto possível; e se não havendo prudência nem partes dela, não haveria conhecimento nem consideração do fim, nem inquisição, discurso, conselho ou aprovação, nem uso da razão boa ou verdadeira nos homens, mas seus atos e operações seriam feitos pela força e impulso repentino da imaginação, como os animais, ou por algum princípio natural, como as coisas não sensíveis e inanimadas, e assim todos os seus movimentos e todas as suas obras seriam oblíquas, distorcidas, confusas e frustradas e, conseqüentemente, em nenhuma obra propriamente humana, como notavelmente o governo monástico, econômico e político, eles poderiam permanecer, durar ou perpetuar-se, como fica bastante claro por tudo o que foi dito.

Disto se segue que será um bom argumento (como mencionamos acima) que, onde quer que haja boa administração da casa ou da família e da cidade, os seus sujeitos, que são os homens, terão prudência e razão suficiente para se governar e se ordenar a si mesmos por natureza, porque sem isso (como é evidente) não é possível ter ordem ou governo econômico ou político, nem alcançar o seu fim, que é o bem, a utilidade e a perpetuidade dos homens.

Capítulo 42 (A prudência monástica nos índios). Obras consultadas por Las Casas: *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, I-II, q. 94; *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética* a *Nicômaco*, livro 1.

Todas as coisas ditas nos dois capítulos precedentes sobre as três espécies de prudência, com tudo o mais que foi trazido como prova e explicação, supondo que as gentes deste mundo indiano são prudentes e muito racionais e de bom entendimento quanto à administração de si mesmas e de suas casas e de suas cidades, povos e reinos, que dissemos acima que queríamos provar pelos próprios efeitos, provam-no para cada prudência desta maneira.

Quanto à primeira, que é o governo de si mesmo, foi provado que, de acordo com a ordem das inclinações que os homens naturalmente têm, tais são os preceitos da lei natural, porque aquilo para o qual eles são naturalmente inclinados, a razão apreende e julga ser bom e digno de ser procurado e alcançado e de ser desfrutado e aproveitado; e a primeira coisa à qual os homens se inclinam e julgam digna de procurar e alcançar, e seu oposto de fugir e rejeitar, é a preservação de si mesmos, e por isso é da lei natural adquirir e preservar todas aquelas coisas que são necessárias para que os homens preservem seu ser e evitem sua corrupção.

Assim, não se deve duvidar que os índios começaram no princípio antigamente como os outros povos, isto é: que, com o bom juízo da razão que tinham como as outras nações, e pela longa experiência que a própria necessidade lhes ensinou, e depois pelas muitas coisas particulares que ocorreram e conseguiram, das quais adquiriram experiência e prudência, que é o que fornece (como foi dito) os meios e ordena as operações convenientes para alcançar o fim, que era a vida, o sustento e a conservação do ser dos indivíduos, que é cada um dos homens, eles viram ser necessário, primeiro, fazer cavernas para se esconderem (e há oitocentos anos, como se diz, os flamencos viviam nelas). Eles primeiro comiam ervas, raízes e frutos silvestres; depois começaram a cultivar, semear e colher os grãos que achavam crescendo nos campos montanhosos, e também outros frutos da terra, tornando-os domésticos com sua indústria, que é o ofício que eles chamam agricultura, a primeira e natural agricultura, segundo Aristóteles.

Encontramos muita abundância disso nestas terras, devido à abundância de pão e vinho ou de misturas onde escolhiam usá-los, e em muitos lugares frutas domésticas que encontravam e inventavam, não apenas para se sustentar, mas também para recreação; de modo que tinham e sempre tiveram um excedente de todas as provisões necessárias para sua vida. Construíam também suas casas materiais, que é a defesa que proíbe as corrupções causadas por ventos, chuvas, tempestades e calor, como afirma Aristóteles.

E porque a segunda coisa à qual o homem naturalmente se inclina é aquela em que ele se comunica com outros animais, e a natureza ensinou a todos eles, e esta é a união do macho e da fêmea e a criação dos filhos; e porque ele também tem inclinação, em terceiro lugar, para ser sociável a fim de viver em companhia, como já foi visto acima e Aristóteles prova; por isso a natureza e a razão juntas inclinaram e ensinaram os primeiros homens, muito mais do que aos animais, onde quer que eles se dispersaram quando a raça humana começou a se multiplicar, a tomar esposas: de um modo, para serem ajudados no trabalho por elas e pelos filhos que procedessem de ambos, e esta companhia já é uma multidão ou está começando a ser, e é chamada doméstica ou econômica (como foi dito), da qual cada um dos homens que se reúnem é uma parte e tem necessidade de muitas coisas necessárias para a vida, as quais, por si só, ele não pode confortavelmente ou perfeitamente cumprir ou fornecer. De outro modo, para ter consolo e conforto entre si, comunicando-se e falando, e para essa comunicação a fala foi concedida aos homens, porque, na falta de companhia, o homem vivendo sozinho, careceria de todo consolo e alegria, se não fosse aquele que fosse mais do que homem, isto é, alguém que contemplasse muito as coisas divinas e somente nelas se ocupasse e se deleitasse; por isso Aristóteles disse que o homem que, por sua própria vontade e escolha, não quer viver em companhia é um deus ou um animal. De outro modo, para perpetuar a espécie humana, visto que é impossível que ela se perpetue em indivíduos, como ensina Aristóteles. Não será um grande absurdo conjecturar que foi dessa maneira que essas gentes começaram em seus primeiros tempos, como todas as outras nações. Os quais, obedecendo à sua inclinação natural, guiados e iluminados pelo seu natural e bom juízo e tendo adquirido experiência das necessidades que viam ter, e conseqüentemente tornando-se prudentes, ordenando-se, aplicando-se e providenciando-se para alcançar os fins acima mencionados, a saber, ser ajudados nas coisas necessárias da vida e viver em companhia, alegria e consolo, comunicando-se, e para o sustento e perpetuidade da espécie humana, tomaram suas esposas, fizeram seus acordos e contratos de casamento como lhes parecia conveniente naqueles primeiros e difíceis tempos.

E quanto à escolha, aprovação e realização dos negócios e efeitos, estes são atos da vontade dirigida pela razão, porque propriamente falando, a escolha (que é um ato próprio da vontade em ordem ao intelecto e que segue a inquisição da razão apenas nos homens) é dirigida pela prudência, como ensina São Tomás. Portanto, os índios, quanto à primeira parte da prudência, que é monástica, ou seja, saber reger-se e governar-se a si mesmos, tinham nos primeiros tempos e têm hoje a prudência monástica e, conseqüentemente, bom juízo, discurso e exercício da razão, e são homens humanos e bem intelectivos. Pois, se os primeiros homens nos primeiros tempos não tivessem sido prudentes e não tivessem usado do bom juízo e dos outros atos acima mencionados da razão e do entendimento e os da vontade

dirigida pela prudência, nem tivessem providenciado os meios e suas operações não tivessem sido ordenadas para alcançar o fim e nisto não houvesse a devida ordem, teria sido impossível existirem hoje, como existem e encontramos, tais e tantas e tão densas congregações, populações, tantos e tão grandes ajuntamentos de tão diversas línguas e nações e perpetuados por tanto tempo. Portanto, esses povos indígenas são homens muito racionais, prudentes e souberam bem governar-se segundo sua natureza, como fica claro pelos mesmos efeitos e atos humanos.

Portanto, as gentes dessas Índias, nas obras acima mencionadas que realizaram nos primeiros tempos, as quais não poderiam existir sem consideração do fim e a escolha dos meios e a atenção atual na realização, mostraram e mostram-se ser homens racionais de boa razão, intelectivos e deliberativos, que realizam e realizaram atos e operações humanas concertadas e ordenadas entre si, proporcionadas e convenientes para alcançar o fim que a razão natural lhes ditou e dita ou para o fim que eles constituíram e constituem com a razão para si mesmos. São homens racionais, de habilidade, de bom engenho e juízo e prudentes, como os outros homens, e na maior parte mais hábeis, discretos, engenhosos e de melhor entendimento do que muitas outras nações. E isso basta quanto à primeira espécie de prudência e governo monástico de si mesmo, que essas gentes indígenas tinham e têm hoje.

Capítulo 43 (A prudência econômica nos índios). Obras consultadas por Las Casas: *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, II-II, q. 50.

Foi demonstrado acima que o homem tem uma inclinação natural para viver na companhia de outros homens e, conseqüentemente, diz-se, e com razão, que ele faz parte de uma multidão pela qual, ou com a qual, é ajudado e assistido nas coisas necessárias que não pode prover sozinho. Essa ajuda e assistência devem vir de multidões e grupos: uma da econômica, que é a casa que consiste no marido, na esposa e nos filhos, e também nos servos, ou no boi no lugar do servo, que se diz ser propriedade do homem que compõe a família, como Aristóteles diz e também foi dito; e esta não é inteiramente perfeita, porque sofre de algumas faltas, visto que não pode prover para todas as necessidades. A outra companhia ou multidão pela qual o homem pode ser ajudado é a da cidade, e esta é perfeita porque deve ser (como se dirá) suficiente por si mesma, a qual chamamos de política.

Depois que os homens, pela luz natural do entendimento e pela inclinação da vontade, conheceram e procuraram obter companhia de mulheres e procriaram filhos, e assim formaram casas e famílias, esta primeira multidão que Aristóteles chama de companhia diária segundo a natureza, teve o preceito da lei natural que os obrigava ao regimento e governo correto e proveitoso da casa para alcançar o fim dela, que é ter suficiência das coisas necessárias à vida, porque é para este efeito e fim que os homens se reúnem em qualquer companhia ou multidão, como

Aristóteles prova, e assim começa a sua *Política*; e porque acima se viu que, segundo a diversidade dos fins, diversificam-se as espécies da virtude da prudência que se pressupõe em todo governo, como ficou claro pelo que foi dito. Portanto, as casas (tomando casas por família) que estiverem bem providas das coisas necessárias serão sinal e argumento claro de que houve boa governança nela e, conseqüentemente, há prudência econômica ou paterna naquele que a governa ou rege; e como a prudência governante pressupõe um bom conhecimento do fim e a razão dele e a inquisição e o discurso e raciocínio para buscar os meios convenientes, conselho, divisão e separação do que é mau e do que é bom, sentença e aprovação e aplicação, todos estes são atos de bom julgamento, entendimento e boa razão, como no capítulo 40 apareceu, portanto aqueles que governam tais casas ou famílias são homens muito razoáveis, engenhosos, prudentes e bem intelectivos, principalmente quando as casas e famílias crescem e perduram e são aumentadas.

Visto então, e provado no capítulo anterior como os índios destas Índias eram e são de bom entendimento, por saberem governar-se a si mesmos, e por terem tido no princípio e hoje a prudência monástica (pois a mesma razão se dá com o governo de hoje como com o de tempos passados), de agora em diante nos será bom ver se para governar as suas casas tinham prudência econômica, juízo, engenho e habilidade suficiente. Para o governo econômico da casa e para alcançar o seu fim, que é a suficiência e provisão das coisas necessárias à vida, para que não lhes faltem, e a propagação dos indivíduos, para que a linhagem se multiplique, requer-se (como diz Aristóteles), entre outras coisas, que construam as suas casas, onde se possam defender do que lhes é prejudicial e contrário, como já se disse acima, e onde possam guardar os seus bens e jóias. Requer-se que tenham posses, principalmente a mais forte de todas segundo a natureza, e esta é a agricultura, porque através dela se obtém abundância de provisões através dos frutos da terra cultivada, e isso é o mais necessário para a vida humana. Requer-se indústria e diligência para a caça e pesca e a preservação de peixes e animais; requer ter fundos pecuniários ou dinheiro, que são a garantia do homem segundo Aristóteles, ou ter posse de coisas que os valham; requer-se que o marido cuide das coisas externas e as traga para casa, e que a esposa se encarregue e cuide das coisas internas, realizando as tarefas necessárias e salvaguardando o que o marido traz; requer-se que ela cuide da nutrição dos filhos e ele de sua aprendizagem e educação. Tudo isso de acordo com as leis e a ordem que o marido e pai de família estabelece em toda a casa e família, e não apenas para a esposa, filhos e servos, mas também para si mesmo, para que ele não prejudique a mulher.

E como, entre as posses, Aristóteles considera os servos como as principais, diz ele que lhes devem ser dados trabalho moderado e sustento suficiente (que lhes é dado em vez de salário) e o castigo necessário. Diz ainda que seria justo e útil

prometer-lhes liberdade depois de certo tempo, porque servirão com mais boa vontade, tendo a esperança de que seu cativeiro terminará. Também se requer que a esposa obedeça ao marido em todas as coisas honrosas, como se tivesse sido comprada por dinheiro e por um grande preço (diz Aristóteles); ela é comprada, pois veio para casa para ser companheira para toda a vida e para procriar os filhos, e outra coisa não pode ser melhor ou mais santa. Da mesma forma, requer-se que haja grande acordo e unanimidade entre eles em assuntos honrosos, e que governem a casa com bondade e gentileza, tendo o marido o cuidado de respeitar e reverenciar os pais dela, e ela aos pais dele como aos seus próprios; e, concluindo, no cuidado e na diligência deste governo doméstico, eles deveriam trabalhar para dar proveito uns aos outros, e, dessa forma, concluindo, diz ele que na velhice, livres do fardo desses cuidados, darão boas contas de si mesmos e de seus filhos, e serão nutridos, cuidados com alegria e recompensados pelos deuses, como disse Píndaro. Tudo isso é de Aristóteles.

Capítulo 44 (Conclui o assunto do capítulo anterior). Obras consultadas por Las Casas: *Suma de Teología* de Tomás de Aquino, II-II, q. 47.

E assim, por tudo o que foi mencionado, parece claro que todas as casas e famílias dessas gentes indígenas eram, tanto quanto possível, suficientes e muito bem providas nas coisas necessárias à vida, na propagação e na preservação humana. Pois as gentes que governavam, regiam e proviam suas casas e famílias da maneira mencionada, fica claro que conheciam a finalidade de seus ajuntamentos. Faziam e fazem, tinham e têm, artificial e diversamente, suas casas materiais feitas por suas próprias mãos, de acordo com suas necessidades e até mesmo seu prazer, tão fortes quanto curiosas e deleitosas, suas posses e riquezas naturais e até artificiais, com as quais eles haviam provido e mantido suas famílias e eram abundantes, tanto da agricultura, caça e pesca, quanto de outros aspectos da agricultura, artesanato e artifícios, os homens realizando as operações humanas que eram e são próprias dos homens, e as mulheres as suas: eles adquiriam recursos externos; elas trabalhavam, governavam e guardavam o que se trazia de fora; elas deveriam nutrir e criar seus filhos com grande diligência; eles, depois de os terem criados, deveriam doutriná-los em seus costumes, informá-los e instruí-los sobre o que cada uma faria mais tarde em seus trabalhos e exercícios; eles deveriam semear milho e outros pães, plantar campos de algodão e outras plantas e arbustos, ou pequenas árvores das quais obtinham material como cânhamo ou linho; elas deveriam trabalhar com fio e tecido com grande indústria e artifício, com os quais se vestiam a si mesmas, seus maridos e filhos, de acordo com suas necessidades e à sua maneira, onde quer que a terra exigisse, por ser fresca ou fria. Mas nestas ilhas, sendo mais quentes do que frias, eles não tinham o costume de vestir nada, a não ser as mulheres. E muitas outras coisas, através da indústria, diligência, cuidado, artifício e estudo, que maridos, esposas,

filhos e servos, exercitavam e faziam, e com isso tinham, como foi dito, suas casas e famílias suficientes, abundantes, prósperas, aumentadas, multiplicadas e providas, e, conseqüentemente, alcançavam o fim da companhia econômica, e assim, no que diz respeito a isso, de acordo com a sua maneira e o que queriam deste mundo, eles eram bem-aventurados e felizes; então, uma vez que alcançavam o conhecimento do fim de sua companhia, eles souberam proporcionar e ordenar os meios acima mencionados para realizar o mesmo, seu conhecido e pretendido fim.

É evidente que essas gentes realizam, procuram e ordenam todas as obras acima mencionadas como meios para seu fim, por meio da consideração, do discurso, da investigação, do julgamento, do conselho, do comando e da ordem da razão, com deliberação, escolha, aprovação, consecução e experiência, que são todos atos de bom entendimento e de uma vontade guiada, governada e corroborada pela luz racional ou intelectual do entendimento; portanto, essas gentes tinham e têm a segunda prudência econômica, paterna, doméstica ou familiar, isto é, sabiam e sabem bem e muito bem e de maneira ordenada como reger, governar, preservar e aumentar suas famílias e casas e, conseqüentemente, são homens humanos, razoáveis, intelectivos, que produzem atos verdadeiramente humanos, guiados pela boa razão.

Não é preciso adivinhar a prova clara disso e sua confirmação, pois vemos efeitos tão notórios com nossos próprios olhos. Essas são as vastas multidões de pessoas, casas, bairros, lugares e cidades que encontramos tão densamente povoadas e multiplicadas por todo esse mundo. Pois, se não tivessem usado a boa razão e se governado por ela na administração de suas casas e famílias (que são, como dissemos acima, a substância das cidades), não teria sido possível que casas ou famílias se sustentassem por muito tempo com aquele concerto e ordem (como se depreende do que foi dito) e, conseqüentemente, crescessem tanto ou em número tão imenso, ordenado e multiplicado (como dissemos ao falar da primeira prudência monástica), como encontramos e como existem hoje onde quer que nossos cristãos não os tenham destruído, tantos e tão grandes reinos, tão cheios de tantas e tão numerosas populações admiráveis e ordenadas e cidades extremamente populosas, e sustentadas e perpetuadas por tanto tempo em ordem e em comunidade política. Que argumento maior pode ser dado para o que pretendemos? E que elas se perpetuaram por tempos longos e antiquíssimos parece claro, porque tamanha imensidão de povos e nações só poderia ter se multiplicado em uma quantidade e número muito grande de anos. Portanto, essas gentes indígenas de nossas Índias oceânicas, pessoas de bom juízo, engenho e entendimento, são prudentes, humanas e muito racionais. E com isso, concluamos o que toca essas nações deste mundo em relação à segunda prudência econômica.

Capítulo 45 (A prudência política nos índios. Considerações gerais). Obras consultadas por Las Casas: *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*, livro 1; *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, II-II, q. 29.

E porque para atender às necessidades da natureza humana e para que a vida dos homens seja cumprida e perfeitamente ajudada e assistida pela suficiência das coisas que são necessárias não apenas para viver totalmente, mas viver bem, não é suficiente a primeira companhia, que chamamos de econômica, cujas partes são o homem, a mulher, os filhos e as posses, mas também é necessário ter outras coisas que lhe causem perfeita suficiência e tornem sua vida segura, pacífica e tranquila, portanto o homem tem necessidade da segunda companhia ou sociedade, que é a perfeita, cuja parte é sua casa inteira, e conseqüentemente ele precisa da segunda ajuda que acima mencionamos, e esta é a cidade e multidão ou grande ajuntamento de homens que é feito de muitas casas e muitos bairros.

Por esta segunda companhia e multidão reunida que chamamos de cidade, que deve ser, segundo Aristóteles, suficiente por si mesma, o homem é perfeitamente provido de todas as suas necessidades, tendo tudo o que é necessário para a vida e para uma vida boa, segura e tranquila, porque ao morar na cidade ou em uma grande multidão de habitantes, o homem é ajudado e assistido de dois modos. Primeiro, quanto aos bens temporais e corporais, na medida em que nas cidades há muitos artifícios e ofícios que são necessários para o homem e sua casa, e que uma casa ou um bairro não podem fornecer. Segundo, quanto aos bens morais, que são as virtudes; porque pelo poder público que chamamos de exercício e execução da justiça, os jovens insolentes que saem travessos e desnorreados, que perturbam as partes da cidade, que são seus vizinhos, por medo de punição são geralmente obrigados a viver de maneira ordenada, a quem as admoestações paternas não são suficientes para corrigir e organizar, e também os homens nocivos e prejudiciais do exterior ou de outras nações não ousam ser inquietos, ou cometer ofensas e violências, roubos e outros danos, como ousariam a uma ou algumas casas, como são as dos bairros, ou a uma grande multidão, como é a da cidade.

Para melhor explicar isso, devemos pressupor o que Aristóteles diz, a saber, que pertence à comunidade política perfeita que os homens vivam nela inteiramente por sua própria vontade. A razão para isso é que a vontade pretende principalmente o fim da vida humana como seu principal objeto e matéria, sobre o qual negocia com seus atos e operações, fim para o qual toda a conversação política é ordenada. Portanto, assim como os homens avaliam o fim da vida humana de maneiras diferentes, assim também eles sentem e avaliam de maneiras diferentes a conversação, a política ou a cidade. Aqueles que definem o fim da vida humana como os prazeres ou o poder, ou as honras ou as riquezas, sentem e estimam que a república bem-aventurada, muito bem governada e organizada, é aquela na qual os homens podem viver

no prazer ou obter riquezas, honras, ser poderosos e comandar os outros. Mas aqueles que acham que o fim da conversação humana consiste naquele bem que é a recompensa da virtude, esses julgam que a república ou cidade muito bem e perfeitamente ordenada, governada e bem-aventurada, é aquela que está mais preparada para os homens viverem nela em paz e tranquilidade, sem preocupações e inconveniências, e poderem alcançar a virtude.

E se são verdadeiramente cristãos que só pretendem como fim agradar a Deus nesta vida temporal para irem gozar da eterna, consideram feliz e perfeitamente ordenada aquela cidade, comunidade ou república na qual vivem sem impedimento para a sua salvação e com mais auxílios para alcançar a caridade e as outras virtudes, e melhor veem e sabem que a honra é procurada e defendida, e a vontade de Deus é cumprida: esta república é a cristã, e o seu núcleo, onde se executa verdadeiramente o que foi dito e não com ficção, é a religião, onde se vive segundo toda a sua vontade regulada, porém com as regras divinas e da razão, porque os que gostam da vida religiosa, que não é outra coisa senão a perfeita vida cristã, alcançam toda a consolação e contentamento, e da mesma coisa desfrutam todos os que com simplicidade buscam e têm a Deus como fim onde quer que estejam e em qualquer estado em que vivam, reservando sempre alguns privilégios e favores que Deus concedeu mais do que a outros estados, particularmente à religião. Fora desta república não se pode dizer que exista algum bem, pois não pode haver salvação com falta da santa fé católica como seu princípio e fundamento, com a qual se julgam e se purificam as barbaridades e imperfeições dos povos e das pequenas e grandes comunidades, por mais polidas, bem regidas e sabiamente governadas que sejam na infidelidade, e por isso não devemos estranhar os defeitos que padecem os infiéis nas suas repúblicas, mas sim estranhar o que não é muito mau, e mais ainda se vemos algo de bom que têm, porque sem fé e sem doutrina cristã em nenhuma comunidade de homens pode haver coisa perfeita, mas antes cheia ou misturada com muitas imperfeições.

Os índios, pois, de quem estamos tratando, por serem infiéis sem doutrina e sem fé, não podiam ter como fim a recompensa que depois desta vida é dada aos verdadeiramente fiéis. Bastava, pois, a estas gentes, até que Deus os visitasse enviando-lhes o Evangelho e dando-lhes a sua santa fé, ter como fim último o que inúmeras outras nações do mundo que Deus mais tarde trouxe para si tiveram como fim último, a saber, viver em paz cada uma, contentando-se com o que lhe é próprio, como diz São Crisóstomo. Para o qual principal e finalmente se dirigiam todas as suas obras, e com razão, pois todas as coisas criadas, e mesmo as naturalmente não sensíveis, cada uma a seu modo, desejam e querem a paz, como afirmam São Dionísio e Santo Agostinho. A razão é que todas as coisas criadas desejam e anseiam por alcançar o bem que lhes é conveniente e, conseqüentemente, a remoção daquilo que só pode

impedir; tudo isso é alcançado pela paz, que é uma concórdia ordenada, e por isso traz tranquilidade a todas as repúblicas e a todos os seus estados, e a todas as coisas, assim como a tranquilidade da ordem, e esta ordem (como diz Santo Agostinho) preserva cada coisa em seu lugar e no que lhe pertence, sem impedimento e perturbação de outra, e isso tem a razão do fim de qualquer maneira que seja considerado, tanto na vida civil e no regimento político e na conversação dos homens quanto na vida eterna e celestial, segundo Santo Tomás. Pois, como essas gentes indígenas têm a paz como fim, e em todas as partes, lugares, povos e cidades de todas essas Índias eles vivem comumente quietos e em paz entre si, pelo menos todos os populares, de modo que ninguém faz mal ou injúria ao outro, exceto por maravilha, por isso segue-se que há entre eles justiça legal, e por isso eles vivem a toda a sua vontade, e segue-se que suas repúblicas e comunidades políticas são para eles perfeitas e suficientes por si mesmas, e até mais perfeitas do que outras nações onde não há tanta paz e, conseqüentemente, nem justiça, cujo fruto e efeito é a paz, segundo Isaías: a obra da justiça é a paz.

Capítulo 46 (Expõe o esquema aristotélico de toda sociedade perfeita, que é constituída por seis classes de cidadãos). Obras consultadas por Las Casas: *Política*, de Aristóteles, livro 7.

Fica então manifesta e clara a suficiência e perfeição das repúblicas, reinos e comunidades destas gentes, tanto quanto é necessário e conveniente para viverem nas coisas temporais segundo a sua vontade e na abundância delas, e assim alcançarem o fim último e feliz da cidade ou vida social, tanto quanto se pode conseguir sem fé e verdadeiro conhecimento de Deus nesta vida, que é paz e conservação nela (como foi dito), e conseqüentemente verifica-se a prudência e boa razão e habilidade destas gentes para saberem governar-se, por seis coisas ou qualidades ou partes, as quais, segundo Aristóteles, são necessariamente requeridas para que qualquer comunidade, povo ou cidade seja suficiente por si mesma e possa sustentar-se por longo tempo. Sem elas, é difícil e até impossível ser suficiente por si mesma ou durar por um tempo perpétuo em sua liberdade e estado feliz, como Aristóteles acrescenta. São elas: primeiro, os agricultores que cultivam a terra e a fazem produzir os frutos de que é capaz, e assim proveem a manutenção de toda a república e comunidade ou cidade. Segundo, os artesãos que exercem os ofícios convenientes e necessários à comunidade. Terceiro, os homens de guerra para defendê-la de inimigos externos e para coagir os internos que, não sendo obedientes às leis da cidade, perturbam e impedem a paz e o fim da república. Quarto, os homens ricos para suas comunicações ou comutações oportunas, e também para prover com suas propriedades para as guerras. Quinto e principal, segundo Aristóteles, são os sacerdotes para servir e exercer o culto divino e oferecer sacrifícios aos deuses. Em sexto lugar, os juízes para a utilidade e justiça dos vizinhos que celebram contratos

ou acordos entre si, caso tenham litígios ou disputas. E porque todas essas qualidades feitas pela cidade e ajuntamento de pessoas para viver socialmente e ser provida e suficiente por si mesma pressupõem que o povo já se tenha reunido e, a partir de bairros que costumavam ser vizinhança de linhagens, tenha formado grandes lugares e povos que chamamos de cidades. Vejamos primeiro, antes de detalharmos as seis partes ou qualidades acima mencionadas, se essas gentes dessas Índias possuíam as ditas populações e grandes lugares onde é necessário pôr em prática, ou se existiam os ofícios ou a distinção das partes da cidade já mencionadas, a fim de podermos argumentar por elas se tinham prudência, habilidade e razão política com as quais sabiam governar-se como homens razoáveis, e podiam desfrutar do fim pretendido por tais ajuntamentos e comunidades sociais, alcançado por um longo e prolongado período.

Que eles tinham povoados, lugares grandes, vilas e cidades e suas comunidades como outras gentes políticas, se quiséssemos prová-lo, não seria necessário trazer testemunhos do céu, porque isso sabem aqueles que vieram de Castela a estas regiões e as viram, principalmente aqueles que vieram no princípio, e hoje chegam a estas terras onde nenhum espanhol cristão chegou, sem poder negá-lo.

Capítulo 47 (Justificativa do caso dos homens selvagens e solitários).

Pelo que foi dito, parece que, quando se encontram pessoas nestas terras ou em outras que venham a ser descobertas mais tarde, vivendo dispersas, sozinhas em suas casas particulares ou em bairros sem ajuntamentos e povos organizados, não se deve pensar que isso se deva à falta de engenhosidade ou de razão natural e boa, mas sim a uma destas razões. Primeiro, porque, por acaso, aquela terra está começando a ser povoada novamente por algumas pessoas individuais que haviam deixado outras e não tiveram tempo ou espaço para crescer ou adquirir experiência naquela região. Segundo, ou porque a terra não era adequada para isso, e depois de nela terem entrado, não puderam ou não quiseram, por qualquer motivo, retornar ao lugar de onde vieram. Terceiro, porque mesmo pouco tempo depois de terem começado a se estabelecer ali, estavam crescendo e se multiplicando, e com a intenção de se unir, mas não chegaram ao fim. Quarto, para melhor suprir suas necessidades estando perto do rio e da montanha. Quinto, porque a bondade e a fertilidade da região são tamanhas que cada casa está segura e provida do necessário, sem medo de ser perturbada por homens ou animais.

De modo que não se segue necessariamente que, se as pessoas são encontradas sozinhas ou em companhia, espalhadas em montanhas ou vales, poucas ou muitas, em terras boas ou más, sejam por isso privadas de razão e consideradas animais, pois por esse caminho, a princípio de forma rude, sem experiência, aos poucos, experimentando, as coisas começaram e todas as nações começamos a nos tornar

prudentes, sutis e políticos. Quando tais pessoas forem encontradas sozinhas ou em companhia, poucas ou muitas, e dispersas, devem ser ajudadas e, com diligência, discrição, amor e gentileza, induzidas a viver em companhia e sociedade, mostrando-lhes os males, as mazelas e as faltas que experimentam em si mesmas e que poderão experimentar cada vez mais, e os benefícios e utilidades que adviriam de viver uma vida política e representá-las; porque por esse caminho de mansidão, amor e convite persuasivo ao bem e à virtude, nossa natureza humana naturalmente quer ser conduzida e atraída, especialmente sobre aqueles de nós que não têm comando natural ou civil devido à liberdade do espírito humano e à generosidade inata.

Capítulo 48 (Continua a matéria do capítulo anterior. Como as nações podem se tornar boas comunidades políticas). Obras consultadas por Las Casas: *Sobre as Leis*, de Túlio Cícero, livro 1.

A partir de exemplos antigos e modernos, fica claro que não há nações no mundo, por mais rudes e incultas, selvagens e bárbaras, grosseiras, ferozes ou bravas e quase brutais que sejam, que não possam ser persuadidas, atraídas e reduzidas a toda boa ordem e comunidade política e tornadas domésticas, mansas e tratáveis, se a indústria e a arte forem usadas e for seguido aquele caminho que é próprio e natural aos homens, ou seja, pelo amor e pela gentileza, pela suavidade e pela alegria, e se somente esse fim for buscado.

A razão para esta verdade é que, como diz Túlio Cícero, todas as nações do mundo são homens, e de todos os homens e de cada um deles há apenas uma definição, e esta é que eles são racionais; todos têm seu entendimento e sua vontade e seu livre-arbítrio, pois são formados à imagem e semelhança de Deus; todos os homens têm seus cinco sentidos exteriores e seus quatro sentidos interiores, e são movidos pelos mesmos objetos deles; todos têm os princípios ou sementes naturais para entender, aprender e conhecer as ciências e coisas que não conhecem, e isso não está apenas nos bem inclinados, mas também é encontrado naqueles que por costumes depravados são maus; todos se agradam com o bem e sentem prazer com o saboroso e alegre, e todos rejeitam e abominam o mal e se incomodam com o que é desagradável e prejudicial a eles.

Assim, toda a linhagem dos homens é única, e todos os homens são semelhantes quanto à sua criação e às coisas naturais, e ninguém nasce ensinado; e, portanto, todos precisamos ser guiados e ajudados no início por outros que nasceram primeiro. De modo que, quando algumas gentes selvagens são encontradas no mundo, são como terra não cultivada que facilmente produz ervas daninhas e espinhos inúteis, mas que contém dentro de si tanta virtude natural que, ao ser cultivada, produz frutos domésticos saudáveis e proveitosos. Todas as nações do mundo têm entendimento e vontade, e o que resulta de ambas as potências no homem é o livre-

arbítrio e, conseqüentemente, todos têm virtude e habilidade ou capacidade e a boa inclinação natural para serem doutrinados, persuadidos e atraídos à ordem, à razão, às leis, à virtude e a toda a bondade, e as gentes que ainda não foram ensinadas, nem tiveram ninguém para persuadi-las, guiá-las, atraí-las e ordená-las, produzem de si mesmas frutos que são, em sua maior parte, todos sensuais e animais e não racionais; porque os atos sensuais e animais, como comer e beber e outros atos comuns a nós e aos animais, nós os praticamos e somos inclinados a praticar sem qualquer tempo, trabalho, deliberação ou aplicação da razão; mas os atos racionais requerem tempo, trabalho, deliberação e aplicação da razão. As obras sensuais são mais antigas e mais acostumadas, porque desde o momento em que nascemos do ventre de nossas mães as conhecemos pelos sentidos externos e as usamos; mas as da razão são mais modernas e menos usadas para nós, porque não sabemos usar a razão nem podemos usá-la até sermos mais velhos, aos nove, dez e doze anos de idade; e por essas causas fazemos aquelas obras com mais facilidade, e as da razão com dificuldade, e conseqüentemente, para fazer as primeiras não precisamos de ninguém para nos guiar, ajudar, negar e corrigir, e para estas últimas temos grande necessidade de alguém para nos guiar, atrair, ajudar e persuadir.

Em relação ao que foi dito, não está em contradição que às vezes acontece de vermos um homem mentecapto, incompetente e incapaz de doutrina, porque isso se deve a um erro da natureza, visto que as constelações e as causas naturais não se uniram em concerto quando esse corpo foi gerado, e por causa dessa falha as potências dessa alma são impedidas enquanto ela está na carne, e a alma não pode usar a carne para produzir obras razoáveis, assim como enquanto a alma está no corpo não podemos entender sem retornarmos às imagens das coisas, que chamamos de fantasmas. Mas depois que a alma deixa a carne, ela é libertada desse impedimento e fica desimpedida. E tal homem mentecapto é um monstro na natureza racional ou na espécie humana, assim como monstros acontecem devido a um erro da natureza nas outras coisas naturais. E assim como os monstros ocorrem muito raramente nas coisas naturais, porque por maravilha vemos um animal com duas cabeças ou seis pés, e assim por diante, desta forma e muito mais raramente vemos e podemos ver um homem mentecapto entre cem mil que não seja capaz de doutrina e de ser colocado sob lei, ordem e regimento, e que não possa nem saiba reger a si mesmo e a outros poucos ou muitos.

A razão pela qual esses monstros ocorrem na espécie humana muito mais raramente do que nas outras coisas naturais é que as criaturas racionais, formadas à imagem e semelhança de Deus, a sua dignidade e excelência sobre outras criaturas não sofre que a natureza seja menos ou igualmente diligente, mas muito mais diligente em não errar com ela do que com as outras coisas inferiores, e assim evita monstros nela mais do que em todas as outras criaturas. Diz-se que a Providência

divina toma um cuidado mais singular com criaturas racionais do que com todas as outras criaturas que não são à sua semelhança, porque as governa por si mesmas ou para si mesmas, isto é, para o benefício delas mesmas, mas todas as outras não para o benefício delas, mas para o bem e a utilidade e para o fim das racionais. Portanto, não parece que a divina Providência queira permitir que a natureza erre criando monstros na espécie de criaturas tão excelentes, e sim com frequência igual ou muito menor do que nas outras.

Daí se segue necessariamente que é absolutamente impossível que uma nação inteira seja inapta ou de juízo tão pequeno e bárbaro e de razão baixa, que não saiba governar-se a si mesma e não possa ser induzida, atraída e doutrinada em nenhuma boa doutrina moral, e especialmente instruída nas coisas da fé e imbuída na religião cristã, e sustentar isso é uma questão de fé. E isto basta para desculpar as gentes destas terras que se encontrarem vivendo dispersas e isoladas, e não em povoados que têm a forma de cidades, e as outras que não estão em povoados pequenos nem grandes, mas vivem vagando sem ordem como selvagens, se gentes assim forem encontradas, como algumas poucas foram encontradas na costa marítima da terra firme que chamamos Florida, as quais não deixam de ser homens racionais e redutíveis à ordem e à razão, mas que ainda não começaram e estão naquele primeiro estado rude em que estiveram todas as outras nações antes que houvesse alguém que as pudesse ensinar; mas destes, muito poucos foram encontrados neste mundo até agora, e acredito que nunca serão encontrados.

CONCLUSÃO

Terminada a exposição dos textos da *Apologética História Sumária* sobre a prudência dos índios, eu gostaria, para finalizar este artigo, de citar literalmente as palavras de Carlos Josaphat sobre a relação entre Bartolomeu de Las Casas e Tomás de Aquino. Aqui estão: “Já em sua juventude, Las Casas confere seus projetos com a sabedoria filosófica e teológica de Tomás de Aquino. E se põe a prolongar as intuições e as posições do grande mestre inovador. Carregando a *Suma* em suas itinerâncias pelos caminhos da América, o teólogo missionário era o símbolo vivo desse necessário empenho de dilatar os horizontes da cristandade, de romper com seu ortodoxismo fechado e alheio à estima do outro, do diferente. Nem se deve pensar que o grande pioneiro dessa façanha cultural nos convida à estreiteza de um só tipo de leitura. Ele sintonizava com o comentador Cajetano, concentrado na análise intemporal e abstrata dos textos. Com ele, aprendia e aprimorava o estudo das doutrinas e das leis, em seu teor e sua coerência lógica dentro da síntese do mestre Tomás, mas logo buscava aprimorá-las e sobretudo operacionalizá-las ao contato e ao calor da realidade tropical”⁶.

⁶ JOSAPHAT, Carlos. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino. Sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar. Chaves de leitura da Suma de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 878.

REFERÊNCIAS

CARRO, Venancio. Los postulados teológico-jurídicos de Bartolomé de Las Casas. Sus aciertos, sus olvidos y sus fallos, ante los maestros Francisco de Vitoria y Domingo de Soto. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 23, 1966, pp. 109-246.

HANKE, Lewis. *Bartolomé de Las Casas: An interpretation of his life and writings*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1951.

JOSAPHAT, Carlos. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino. Sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar. Chaves de leitura da Suma de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2012.

LAS CASAS, Bartolomeu de. *Apologética História Sumária*. Disponível em: <https://www.ellibrototal.com/ltotal/?t=1&d=4072> . Acesso em: 24 ago. 2025.

LAS CASAS, Bartolomeu de. *Historiadores de Índias. Tomo I. Apologética História de las Índias*. Madrid: Bailly Bailliere e Hijos Editores, 1909.

RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *A prudência e seus fins segundo Tomás de Aquino*. Ponta Grossa: Atena, 2025.

RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Enfoques sobre Deus em Tomás de Aquino*. Ponta Grossa: Atena, 2025.

RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Introdução ao tema da guerra em Tomás de Aquino e Bartolomeu de Las Casas*. Ponta Grossa: Atena, 2025.

RANDAZZO GOMES, André Ricardo. *Tomás de Aquino e alguns tomistas sobre o caráter prático da filosofia moral*. Ponta Grossa: Atena, 2024.

VARACALLI, Thomas Francis Xavier. *The Thomism of Bartolomé de Las Casas and the Indians of the New World*. Tese (Doutorado em Filosofia), Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Baton Rouge, 2016.

ZORRILLA, Víctor. Los instrumentos argumentativos de la defensa lascasiana de la plena racionalidad de los indios. *Tópicos*, n. 34, 2008, pp. 223-231.